

# **AUSENTES FISICAMENTE, PRESENTES NOS DISCURSOS:** Sobre a produção de discursos acerca das mulheres mães de crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente<sup>1</sup>

Roberta do Nascimento Mello<sup>2</sup>  
PPGA/UFPB

## **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a produção dos discursos acerca das mulheres mães de crianças e adolescentes acolhidos/as institucionalmente em uma Casa de Acolhimento localizada no estado da Paraíba. A pesquisa que resultou neste artigo foi realizada junto a uma instituição de acolhimento no ano de 2021. De modo a embasar a reflexão sobre como esses discursos são produzidos no espaço da Casa de Acolhida e como eles criam representações de maternidade e práticas de cuidado dentro deste espaço, selecionei três histórias que tive contato durante meu ano de pesquisa, o ponto de intersecção dessas três histórias é a figura de uma mulher responsável pelo cuidado que aguardavam a ordem do juiz para a reintegração familiar dos sujeitos acolhidos. Foi percebido a partir dos dados que apesar de ausentes fisicamente no dia a dia dessas crianças e adolescentes, a presença destas mulheres dentro da instituição se dá por meio dos discursos produzidos sobre elas e seus modos de maternar.

**Palavras-chave:** maternidade; acolhimento institucional; produção de discursos.

## **INTRODUÇÃO**

Desde o meu primeiro contato com o campo das políticas de proteção à infância e adolescência, ainda enquanto funcionária de um Conselho Tutelar (CT) localizado no estado da Paraíba, pude notar o quanto a mãe, ou qualquer outra mulher responsável majoritária pelo cuidado com a criança e/ou adolescente (tia, avó, irmã mais velha e etc), eram alvos de comentários que enquadravam estas mulheres como culpadas pelos fracassos, infortúnios, misérias e violações os quais seus filhos sofriam. Se não havia conseguido vaga em uma creche/escola era porque a mãe não tinha ido antes até a instituição de ensino *atrás da vaga*, se a/o filha/o adolescente se envolve com *coisa errada* muitas vezes era porque a mãe não dava exemplo, entre outros casos que se repetia o padrão: mulheres no centro do atendimento dentro do Conselho Tutelar, ilustrando o observado por Fernandes (2017) sobre como o agir

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024)

<sup>2</sup> Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFPB; graduanda em Letras - Português na UFPB; membro do Grupessc (Grupo de Pesquisa em Saúde Sociedade e Cultura); membro pesquisadora do grupo de pesquisa Ecos da Pandemia

dessas mulheres mães é evocado para explicar diversos tipos de desordens ou problemas relacionadas à criança.

Em meus dois anos de trabalho no CT, seis meses de pesquisa no órgão e a experiência de pesquisa de um ano em uma Casa de Acolhimento pouco vi homens sendo atendidos<sup>3</sup> ou estando como principal figura na vida das crianças e adolescentes na instituição<sup>4</sup>. Esse quadro observado mostra o quão impossível é separar a questão de gênero de qualquer política pública que se pronuncia como direcionada à família (Scott, 2011).

Apesar de nas minhas duas experiências de pesquisa sobre políticas de proteção à infância e adolescência - uma no Conselho Tutelar e outra em uma Casa de Acolhimento, ambas realizadas na Paraíba - eu ter tido pouco contato com as mães e mais com as crianças, adolescentes e agentes do Estado, os discursos, principalmente dos agentes do Estado, produziam imagens das maternidades, e principalmente dessas mulheres mães, que são próprios desse contexto: crianças e adolescentes com seus direitos violados, seja pelo Estado ou pela família.

Tendo em vista que as representações das maternidades em nossa cultura são constituídas a partir dos múltiplos discursos que organizam e significam as práticas maternas na sociedade em que vivemos (Klein, 2005), e que o Estado é um produtor desse discurso, enquanto dotado e atravessado por atributos, representações e práticas de gênero (Vianna e Lowenkron, 2017), neste artigo trago recortes de dados frutos da pesquisa realizada em 2021 em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes vítimas de alguma violação de direito. O recorte se concentra na produção dos discursos por parte dos agentes do Estado em relação acerca das mulheres mães dessas crianças e adolescentes.

Partindo do que Vianna e Lowenkron (2017) nos dizem sobre Estado e gênero - e falar de produção de representações de maternidade é falar de gênero - se fazerem “em ato, devendo ser entendidos e apreendidos a partir de (e como) seus efeitos performativos, performances e materialidades contextualmente situados.” (p. 18) trago neste artigo três histórias de crianças e adolescentes que conheci em meu ano de pesquisa na instituição. O ponto de união dessas três histórias - e o meu critério para escolhê-las para compor este artigo - é a presença de uma mulher que esperava o retorno das crianças e adolescentes para a sua família de origem.

---

<sup>3</sup> A maior presença de homens dentro do Conselho Tutelar se davam em casos de guarda compartilhada, para denunciar a mãe por algum acontecimento interpretado por ele como negligência.

<sup>4</sup> Apenas uma criança tinha o pai como figura central que é sempre citado quando discutia sobre seu caso, as demais crianças e adolescentes que conheci na instituição tinha como figura central em seus casos uma mulher, seja mãe, irmã, tia ou avó.

É a presença dessas mulheres - duas mães e uma irmã mais velha - que instigou a reflexão ainda em campo sobre as representações e discursos sobre as maternidades e práticas de cuidados que vinham dos agentes do Estado (coordenador/a da instituição, funcionários/as e equipe técnica). Apesar da aparição física dessas mulheres serem raras em minhas observações<sup>5</sup>, os comentários, muitas vezes carregados de julgamento moral, faziam com que apesar das suas ausências, essas mulheres estavam presentes dentro do espaço da instituição. Mulheres sendo os principais alvos dos agentes das políticas sociais é algo que também foi mostrada na pesquisa de Junior de Andrade (2010) com agentes do CREAS e da Casa de Passagem em Penedo/AL, e, assim como o autor ao trazer esses discursos dos agentes, minha intenção aqui não é julgar quem profere esse discurso e nem os alvos deles, mas refletir sobre como esses discursos são produzidos dentro do espaço da Casa de Acolhida e como eles criam representações de maternidade e práticas de cuidado dentro deste espaço.

Este artigo está dividido em três partes além desta introdução. No tópico dois apresento um breve apanhado sobre a medida protetiva de acolhimento institucional, sua história e como a lei a faz funcionar nos dias atuais. No tópico três apresento dados etnográficos sobre a pesquisa, incluindo as três histórias que servem de mote para este artigo. No quarto tópico, por sua vez, me dedico a um exercício de analisar e refletir acerca da produção de discurso sobre as mulheres mães de crianças e adolescentes acolhidos e como esses discursos agem enquanto mecanismo de legitimação da intervenção estatal.

## **2. O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Atualmente o acolhimento institucional se encontra na categoria de modalidade de atendimento integral de proteção social especial de alta complexidade do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), e tem o objetivo de acolher e oferecer proteção integral às crianças e adolescentes separados das suas famílias de origem quando esta causa algum risco social e/ou pessoal para o sujeito (Valente, 2013). De acordo com o artigo 19 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), há uma preocupação com a manutenção da convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente, fazendo com que esse serviço só seja acionado em última instância. Mas como boa parte - senão toda - das políticas públicas no nosso país, há um distanciamento entre o que a lei prevê e a realidade, e, isso se

---

<sup>5</sup> Meu contato com essas mulheres e com outros familiares das crianças e adolescentes na instituição se dava no horário da visita, que nem sempre eram os mesmos da minha visita a Casa.

exemplifica com o número de 33.622 crianças e adolescentes acolhidas no Brasil<sup>6</sup>. Será que em todos esses casos de acolhimento esta medida foi acionada em última instância?

No Brasil, durante todo o Século XX abrigar crianças e adolescentes esteve diretamente ligado a uma prática higienista de limpeza das ruas dos menores de idade abandonados, pobres, infratores, delinquentes (Consentin e Lara, 2016) e isso já ficava claro no Código de Menores de 1927 que tinha como público alvo esses “menores”. E com isso, no decorrer do século XX, a categoria de “menor abandonado” foi criada pelo Estado para designar a ausência dos pais ou a falta de condições financeiras destes de criar as suas proles, associando a falta de recursos financeiros com a incapacidade moral para criar e educar seus filhos (Nascimento, 2012), o que garantiu ao Estado uma forte presença no planejamento e na implementação das políticas de atendimento a infância (Rizzini e Rizzini, 2004).

Na década de 80 a situação começa a mudar com o processo de redemocratização que o país passava, onde uma gama de ONGs, sociedade civil e grupos militantes se propuseram a pensar leis que atendessem a suas demandas sociais. Coincidente a este momento, havia uma pressão internacional no que se refere ao direito da criança, principalmente pela Convenção dos Direitos das Crianças em 1989. Em meio a este cenário tivemos em 1990 a promulgação da lei 8.069, que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA (BRASIL, 1990).

E apesar das mudanças que este documento trouxe no cenário da proteção à infância e à adolescência, inclusive na medida protetiva de acolhimento institucional, alguns resquícios do passado não tão remoto ainda prevalecem, mesmo com a mudança de nomenclaturas das “naturezas” e “causas de abrigamento”. Um exemplo disto é a categoria “negligência” que no contexto das crianças, adolescentes e suas famílias, a categoria seria entendida quando as famílias, tendo condições de garantir o pleno desenvolvimento de seus filhos, acabam não o fazendo (Bernardi, 2020). E o que vemos na prática é que, apesar de “pobreza” não ser mais permitido como motivo para o acolhimento (BRASIL, 1990), são as famílias pobres que continuam sendo enquadradas enquanto negligentes, e, com isso, o Estado a partir dessa categorização continua justificando a intervenção nestas famílias, tal como era no século XX (Nascimento, 2012):

Com a nova legislação, o discurso já não é mais o da falta de condições materiais para o cuidado dos filhos, mas o desrespeito aos direitos

---

<sup>6</sup> Dados de até 24 de abril de 2024 obtidos no Instituto Geração Amanhã. Disponível em: <https://geracaoamanha.org.br/situacao-atual/> <Acesso em: 10 de julho. de 2024>

estabelecidos pelo ECA. Com esse referencial, a negligência passa a ser produzida como um dispositivo de afirmação da sociedade de segurança, tendo como parâmetro a lógica biopolítica de governo da vida. (Nascimento, 2012, p. 40).

Sabemos que apesar dos inegáveis avanços que o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe nas políticas de proteção, promoção e garantia de direitos das nossas crianças e adolescentes, o documento ainda traz consigo diversos problemas, principalmente por ser uma macropolítica que não abrange as diversidades de infâncias, de adolescências e de famílias brasileiras. O que nos leva a outras questões que estão intrinsecamente ligadas a toda a política de acolhimento institucional: quais práticas de cuidados e moralidades familiares/maternas estão sendo acionadas quando uma criança ou adolescente é acolhido? E dentro da instituição, mesmo com a família - principalmente a mãe - ausente do cuidado direto, essas moralidades e práticas de cuidados ainda são acionadas pelas tecnologias de governos existentes dentro da política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes?

A temática do cuidado com as crianças ganhou sua relevância dentro das sociedades modernas a partir do século XVII, isso porque antes desse momento não havia um sentimento familiar associado à valorização da criança, ou como Àries (1981) diz o “sentimento de infância”. Na idade média as crianças se assemelhavam com adultos logo quando saíam da idade de precisar dos cuidados da mãe ou da ama para sua sobrevivência. Essas modificações no trato com as crianças e com a construção desse sentimento da infância teve muito amparo nos discursos médicos, de moralistas, de administradores e chefes de polícia que reforçaram a necessidade de que era a mulher que deveria ocupar-se do cuidado com os seus filhos (Moura e Araújo, 2004).

Donzelot (1986) ao analisar esses discursos identificou-os enquanto parte das “tecnologias políticas” que mudaram o cenário das condições de vida na França e em outros países da Europa no século XVIII. Ainda nessa análise, Donzelot (1986) sugere que apesar dos discursos sobre o cuidado com as crianças que surgiram no século XVIII através das publicações elaboradas principalmente por médicos estes discursos não tinham um caráter homogêneo, sendo diferentes quando o alvo eram famílias pobres.

Se formos pensar na historicidade do acolhimento institucional no Brasil vemos que essa diferença no trato com as famílias pobres e famílias abastadas era algo que não só era presente, como fomentava a própria política pública. Ao analisarmos na atualidade e nos depararmos com a maior parte das famílias que são tidas como negligentes e desestruturadas serem famílias pobres (Nascimento, 2012) nos leva a perguntar se essa diferença ainda se faz

presente nos dias atuais. E se essa diferença afeta as moralidades familiares/maternas acionadas dentro da política de acolhimento institucional.

Aderindo ao que Vianna (2004) nos fala sobre as moralidades devendo ser descritas e apreendidas enquanto prisioneiras das condições de seus enunciados que só fazem sentido quando recuperadas em sua dimensão de ação social, apresento no próximo tópico a Casa de Acolhimento, palco etnográfico das três histórias que compõem este artigo.

### **3. ENTRANDO NA CASA: A pesquisa, as histórias**

A pesquisa que esteia este artigo foi realizada no ano de 2021 em uma Casa de Acolhimento no estado da Paraíba<sup>7</sup>. A etnografia em questão, que resultou em minha dissertação, contou com visitas semanais à instituição - seguindo todos os protocolos de biossegurança, com o uso de máscara e álcool em gel<sup>8</sup> - e acompanhamento das redes sociais das crianças e adolescentes que habitavam na instituição no período, também foram realizadas conversas via WhatsApp com algumas das adolescentes e com a coordenação da Casa.

No ano em que a pesquisa foi realizada a instituição contava com um bom número de saídas e chegadas de novos moradores, com isso durante todo o ano de 2021 tive contato com o total de quinze crianças e adolescentes, dos 03 aos 17 anos, sendo oito do sexo feminino e sete do sexo masculino. Durante este período de tempo também tive contato com os/as funcionários/as, coordenadores/as e equipe técnica da instituição e com alguns familiares das crianças e adolescentes que iam visitá-los na Casa.

Cada uma dessas quinze crianças e adolescentes que conheci em meu período junto à instituição tinha uma trajetória de vida que as levaram até lá, e, entre muitas dessas histórias, selecionei três para compor este artigo. O ponto de intersecção que une essas três histórias é a figura de uma mulher - responsável pelo cuidado - que esperavam essas crianças e adolescentes do *lado de fora* da instituição, que aguardavam a ordem do juiz para a reintegração familiar dos sujeitos acolhidos. Um outro requisito que influenciou a escolha

---

<sup>7</sup> A localização exata da instituição deve ser ocultada por motivos de seguridade do sigilo tanto da instituição quanto das crianças e adolescentes que moravam na Casa no período da pesquisa, desta forma também todos os nomes aqui citados serão fictícios. Estas foram também exigência da direção da Casa para realização da pesquisa.

<sup>8</sup> A pesquisa foi realizada no segundo ano da pandemia de Covid-19, porém por conta do caráter da instituição não foi possível a realização da pesquisa de forma inteiramente online, tendo que ser inicialmente presencial e posteriormente híbrida.

dessas três histórias foi a ocorrência de situações que me fizeram refletir *ainda* em campo sobre moralidades familiares/maternas, entendidas aqui nos termos trazidos por Vianna (2004) como “campos dinâmicos de construção e veiculação das representações morais, nunca totalmente fechadas de antemão e dependentes das experiências concretas nas quais são invocadas e explicitadas” (p. 24), que entram em jogo quando estamos falando sobre acolhimento institucional e os discursos produzidos dentro deste espaço sobre maternidade e práticas de cuidado.

As histórias escolhidas são as de Muci, uma adolescente de 13 anos e sua mãe Corine; a de Lulu, Vivi e Diana, irmãs de 09, 12 e 13 anos e de sua irmã maior de idade Fabrícia<sup>9</sup>; a de Dedé e Pietro, dois irmãos de 10 e 14 anos e de sua mãe Bruna.

### **3.1. O caso de Muci e sua mãe “*de comportamento alterado*” Corine**

Meu primeiro encontro com Muci dentro da instituição foi o que posso chamar de inesquecível. Isso porque o dia em questão - uma segunda à tarde - foi marcado por uma confusão que envolveu até a Polícia Militar. Lembro que antes mesmo de entrar na Casa, a viatura parada perto do portão já me chamou atenção, isso porque a minha experiência de ex-funcionária e pesquisadora no Conselho Tutelar já me informava que a presença de uma viatura da polícia próximo a órgãos do tipo premeditava alguma situação delicada.

A situação delicada em questão era a institucionalização de Muci, uma adolescente de 13 anos que resistia junto com a sua mãe contra a sua permanência na Casa. Como cheguei bem no meio de toda a situação, muitas das informações que eu colhi sobre o que estava acontecendo foi com as funcionárias que estavam na cozinha, lugar que me instalei, afinal mesmo que eu pudesse ficar onde estava acontecendo toda a gritaria senti que ali no meio das funcionárias eu poderia entender melhor todo o contexto do que estava ocorrendo.

E foi ali, naquela cozinha que descobri o motivo de todo ocorrido: tudo começou ainda “*lá em cima*”<sup>10</sup>, na sala administrativa da instituição, onde a mãe de Muci não queria que a filha viesse parar na instituição, e devido a seu comportamento, que de acordo com Maitê, a cozinheira, estava bem alterado, foi preciso chamar a Polícia. *O comportamento alterado* de Corine, mãe de Muci, continuava enquanto estávamos ali na cozinha, de onde

---

<sup>9</sup> Todos os nomes citados neste artigo são fictícios.

<sup>10</sup> Dentro da estrutura física da instituição, a parte administrativa ficava no primeiro andar e só era acessada por uma escada que ficava separada do resto da Casa por um portão que por muitas vezes se encontrava fechado por um cadeado. Por quase todos da Casa essa parte era chamada de “*lá em cima*”, inclusive a equipe técnica da instituição - psicóloga, assistente social, diretora e assistente administrativa - eram chamados como “*pessoal lá de cima*”.

podíamos escutar os gritos dela e da sua filha resistindo à institucionalização. Descobri também ali naquele cômodo, dessa vez por meio de Zeca, o vigia plantonista, que Muci já estava na instituição desde sexta, e que, de acordo com ele, estava bem, convivendo bem com as outras crianças e adolescentes e foi só naquele dia, três dias depois, que estava ameaçando todos *“sábado tava ai, tomando banho de piscina e dançando. Hoje tá ameaçando todo mundo”*, me disse ele.

Naquele momento que a confusão estava acontecendo, todos os funcionários e funcionárias que estavam comigo na cozinha tinham alguma opinião a dar sobre o ocorrido. E muitos dos comentários eram sobre a mãe de Muci, desde a sua postura de gritar, seu comportamento nervoso e inclusive sobre a roupa que ela estava usando. Comentários sobre estar num lugar daqueles com uma roupa *daquelas* - um short jeans curto - foi um dos que saíram de uma das funcionárias e ecoado por muitos que estavam ali.

Apenas meses depois soube o real motivo da institucionalização de Muci, que em uma de nossas conversas me contou que ela estava ali porque sua mãe estava doente - a adolescente não me informou a patologia, apenas que era sofrimento psíquico -, inclusive em sua primeira fuga, o juiz a deixou ficar com a mãe por ela se encontrar melhor *“eu fugi, ai me encontraram e deixaram eu ficar 30 dias com ela, só que ela ficou doente e aí o juiz disse pra eu ficar aqui até ela ficar boa”*. Soube também por Muci nesta mesma conversa que ela só não voltou a fugir da instituição porque haviam permitido que sua mãe pudesse a visitar novamente.

A única vez que tive contato com Corine foi nesta situação narrada no início e nem tive chance de conversar com ela, visto que ela foi escoltada pela polícia após ser acalmada pela equipe técnica da Casa. Porém, o discurso moralizante sobre ela por parte dos funcionários é algo que desde aquela tarde me levou a refletir sobre os discursos sobre maternidade que estão presentes na instituição, principalmente levando em conta que minha experiência anterior de pesquisa no Conselho Tutelar me mostrava que esses discursos não era algo exclusivo daquele contexto e situação, mas se permeia em todo sistema de proteção a crianças e adolescentes.

### **3.2. Lulu, Vivi e Diana, as irmãs sendo cuidadas por mais uma irmã.**



Desde o meu primeiro dia em campo, quando fui na instituição com a única intenção de ter uma reunião com a diretora da época, conhecia Lulu, Vivi e Diana que junto com Polly<sup>11</sup> formavam o maior grupo de irmãos que viviam na Casa. As irmãs tinham 10, 12, 13 e 4 anos, respectivamente. As quatro foram institucionalizadas juntas por conta de maus tratos sofridos na casa da mãe e já estavam na instituição há quase dois anos, elas tinham uma irmã mais velha de 23 anos que ia visitá-las todo mês.

Pelos seus dias de visita coincidir com os meus dias de ida à Casa, a familiar das crianças e adolescentes que eu tinha mais contato era Fabrícia, irmã mais velha de Lulu, Vivi e Diana<sup>12</sup> e em suas visitas ela sempre levava suas duas filhas, uma de 3 anos e uma de pouco mais de um ano e muitas vezes ela estava acompanhada de seu companheiro. As visitas de Fabrícia duravam uma tarde e era marcada por muita conversa e brincadeira com as suas irmãs, principalmente por conta da relação de Lulu, Vivi e Diana com suas sobrinhas.

Apesar de saber da relação próxima de Fabrícia com as suas irmãs, só fui saber que as meninas estavam em processo de reintegração familiar para irem morar com a irmã quase no fim do meu período em campo, em uma entrevista realizada com William e Raquel, diretores da Casa, que me contaram sobre como estava o processo de reintegração das meninas. Fui informada por eles que as três irmãs eram uma das que mais tinham chance de voltar para Casa em breve, porém seu retorno estava sendo cuidadosamente avaliado, porque as três meninas precisavam de uma família “estruturada”, e isso talvez não aconteceria, já que de acordo com eles, apesar de Fabrícia ter conseguido uma casa para morar com o auxílio do programa “Aluguel Social” ela estava grávida do terceiro filho. *“Sabe né, tu já viu ela, é nova, já tem duas filhas pequenas e agora tá grávida do terceiro, não sei se tem condições de cuidar das meninas”*, assim me disse Raquel.

Terminei a pesquisa sem saber como ficou o caso das irmãs, se Fabrícia se tornou apta para cuidar das irmãs, mesmo estando grávida do terceiro filho sendo tão nova, e se enfim as meninas haviam ido morar com ela. Mas essa situação acontecida em meio a uma entrevista me deixou pensativa sobre esse julgamento feito a Fabrícia, essa deslegitimação dela enquanto cuidadora por ser nova e estar grávida novamente. Quais discursos e representações do que ser uma “cuidadora ideal” estavam envolvidos e porque Fabrícia não se encaixava?

---

<sup>11</sup> Polly era a mais nova do grupo de irmãs, tinha apenas 3 anos e apesar de ter sido institucionalizada junto com as suas irmãs, por ter a filiação paterna diferente das outras três, seu retorno à família paterna foi feito poucos meses depois do início da pesquisa. Depois da sua desinstitucionalização, suas irmãs permaneceram na Casa.

<sup>12</sup> Como este era o único dia em um período determinado de tempo que Fabrícia tinha com as suas irmãs, optei por nos momentos de visita não ficar muito próxima a eles, com medo de atrapalhar ou ser inconveniente, porém como as visitas aconteciam no terraço sempre via de longe a interação das irmãs.

Porque ela estar grávida do seu terceiro filho sendo nova era algo que a deslegitima enquanto principal cuidadora das irmãs, se num universo simbólico a maternidade faz da mulher **mulher** (Sarti, 1994)? Que universo simbólico regia o discurso dos coordenadores que colocavam a maternidade de Fabricia como algo negativo?

### 3.3. Dedé e Pietro e as “*coisas novas*”

O casal de irmãos Dedé e Pietro, de 10 e 14 anos respectivamente, foram dois moradores que entraram na instituição no período que fiquei impossibilitada de ir até a Casa por motivos burocráticos<sup>13</sup>, e, por conta disso só acabei descobrindo o motivo da institucionalização dos irmãos meses depois em uma conversa que tive com Dedé, onde de acordo com ela “*foi o conselho tutelar, me trouxeram para cá sem motivo*”, o qual me rendeu o questionamento que fiz a ela “*como assim, sem motivo?*”.

De acordo com Dedé tudo começou quando seu irmão Pietro pediu para fazer “coisas erradas” com um menino e este menino bateu em seu irmão. Ali naquele diálogo que tive com Dedé em um canto vazio do terraço que compartilhamos com outras pessoas descobri que as “coisas erradas” a qual a menina se referia eram atividades de cunho sexual. Depois dessa informação de Dedé tudo que tive da menina ali foi um atropelado de informações que nem sempre se encaixava em uma linha do tempo linear. Mas algumas informações são de extremas importâncias para as histórias dos irmãos: foi a partir do pedido de Pietro para fazer “coisas erradas” com algum outro menino que o caso de possível abuso sexual chegou ao CT, o abuso foi confirmado pelos irmãos que relataram que o padrasto, o pai do padrasto e a avó deles cometiam contra eles quando os visitava e a mãe não sabia pois os abusadores os incitava a não contar “*eles ameaçavam a gente, induzindo a gente não falar nada.*”, me contou Dedé.

Como mencionado o relato de Dedé foi um atropelado de informações e muitas vezes incompletas e como a iniciativa de falar sobre o que a levou a instituição partiu dela - com algumas perguntas motivadoras feitas por mim - não me senti a vontade de interromper ela pedindo que ela esclarecesse algumas informações, afinal isso também poderia acarretar uma pausa no relato dela. Por conta disso, só fui compreender algumas coisas sobre a história de Dedé e Pietro um tempo depois. Os irmãos foram para a instituição de acolhimento pois

---

<sup>13</sup> Devido a troca de gestão da secretaria de ação social do município tive minhas idas à Casa suspensas por três meses. A autorização para o retorno só aconteceu mediante a autorização da Promotoria de Infância e Juventude.

moravam com um dos abusadores - o padrasto - e a mãe, mesmo com Dedé e Pietro afirmando que não sabia sobre o abuso, teve a suspensão do poder familiar.

Bruna, a mãe de Dedé e Pietro, foi uma outra familiar com quem tive um pouco de contato em minhas visitas na Casa. Inclusive em sua primeira visita aos filhos, me apresentei a ela depois que Dedé falou com ela sobre a “tia que faz pesquisa”<sup>14</sup> e tivemos uma curta conversa sobre a pesquisa que eu estava fazendo. Porém, apesar da pouca presença física de Bruna ali na Casa, os momentos mais memoráveis sobre ela e suas práticas de cuidados com os filhos foram quando ela estava ausente, como na situação da aparição de machucados causados pelo cachorro da família em Dedé depois dela ter passado um fim de semana com a mãe.

Soube dos machucados que apareceu no corpo de Dedé quando William, o coordenador da instituição, me mostrou dizendo “*mostra a tia o machucado e as mordidas*” e trazendo a menina para perto de mim, que foi logo me explicando que as mordidas haviam sido causadas pelo seu cachorro, que era um filhote. William ainda me fala que Dedé sempre que vai para a casa da mãe aparece com algo novo na segunda, deixando bem evidente nas entrelinhas que essas “*coisas novas*” sempre aparecem quando ela está com a mãe. A última “*coisa nova*” que Dedé apareceu na segunda, de acordo com ele, foi com o cabelo alisado. E ainda de acordo com ele, a mãe dela havia aplicado selagem no cabelo de Dedé, mesmo com todos da Casa falando que não deveria aplicar selagem no cabelo da garota, por ela ainda ser criança. Foi diante das falas de William que presenciei Dedé saindo mais uma vez em defesa da mãe, falando que não passou selagem e sim que só deu chapinha no cabelo. William diz que não acredita e ainda pergunta “*já viu cabelo cacheado como o dela segurar uma chapinha assim como o dela tá?*”

As falas de William e defesas de Dedé mostram uma realidade que não é tão exclusiva desta instituição de acolhimento pesquisada, onde há uma disputa sobre quem “*cuida melhor*”, no qual os cuidadores e outros funcionários da instituição acreditam e defendem que o cuidado oferecido por eles é mais benéfico do que aquele que a família oferece, como mostra a pesquisa de Brandão (2019). Porém algumas especificidades dessa situação são características não só dessa instituição como dos participantes do ocorrido: Dedé estava em processo de reintegração familiar, portanto qualquer reclamação que a coordenação fazia em

---

<sup>14</sup> Fiquei conhecida na instituição pelas crianças e adolescentes como a “tia que faz pesquisa”, esta também era uma forma de me diferenciar dos funcionários e de pessoas da prefeitura que frequentavam o espaço da Casa.

relação aos cuidados que a mãe tinha com ela na sua casa poderia mudar a sua situação atual de reintegração familiar, podendo até suspendê-la.

#### **4. PRESENTE NOS DISCURSOS: a produção de discursos sobre as mulheres mães e suas práticas de cuidado**

Conforme mencionado, há um ponto que entrecruza essas três histórias escolhidas: as mulheres que são responsabilizadas pelo (não) cuidado com essas crianças e adolescentes e os discursos produzidos e reproduzidos dentro da instituição sobre essas mulheres, suas práticas de cuidados e seus modos de maternas. Dentro da instituição de acolhimento só tive contato com uma história onde o pai era citado como “motivo” pelo acolhimento, os demais casos eram sempre as mães, seja como “motivo” pelo acolhimento ou como as figuras principais responsáveis e responsabilizadas pelos cuidados - ou os dois na maioria dos casos. E quando não era a mãe, era uma outra mulher da família a quem ficou a cargo desse cuidado, como a avó ou uma irmã, como o caso de Fabrícia. Pensar nessa mulher que sempre aparece nas histórias destas crianças e adolescentes é pensar que dentro desta relação tutelar, onde em uma ponta temos um sujeito tutelado e na outra o poder representado pela administração estatal, há também outros indivíduos (Vianna, 2004).

Essas mulheres que estavam quase sempre presentes nas trajetórias dos seus filhos/as, irmãos/a, netos/as eram alvos constantes de comentários carregados de julgamentos moralizantes, fazendo com que a instituição apesar de ser um lugar onde a família/mãe está ausente de forma física, ela se encontra presente através dos discursos que produzem representações simbólicas dos que essas mulheres *deveriam ser* ou *fazer* pelos seus filhos. Esses julgamentos morais produzidos por esses discursos partem de uma construção sociocultural e histórica de determinados comportamentos (Junior de Andrade, 2010) e afetam até mesmo a volta da criança e do adolescente para a sua família de origem que fica atrelada a essa expectativa de modelo “ideal” de família, como pode ser vista no caso das irmãs Lulu, Vivi e Diana que tinham a sua reintegração familiar junto a sua irmã sob avaliação por esta já estar grávida do terceiro filho sendo uma mulher nova e, portanto, gerando dúvidas sobre sua capacidade de cuidar. Mas não podemos deixar de lado o fato de que esta construção corresponde às das ideologias e necessidades de um grupo em específico, fazendo com que os grupos subalternos sejam julgados e analisados a partir da ótica desse

grupo dominante, que muitas vezes não são pertinentes à sua organização e seus valores (Longhi, 2001).

A expectativa de uma maternidade virtuosa também passa por essas construções sociohistóricas e culturais de família que direcionam muitas das ações estatais voltadas para a família e a criança. As moralizações das mulheres mães foi tema de diversos trabalhos, como por exemplo o de Fernandes (2017) onde a partir da sua experiência de pesquisa em um complexo de favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro ela teve contato com discursos proferidos sobre mulheres que eram apontadas - tanto pelas instituições como por moradores do complexo - como exemplares de um comportamento desviante, a quem ela chamou de “figuras da causação” (Fernandes, 2017; Fernandes, 2018), categoria surgida a partir da compreensão de que determinadas mulheres eram enquadradas enquanto figuras paradoxais do cuidado, personagens de escrutínio e perturbadoras do cotidiano.

E apesar de que na pesquisa de Fernandes (2017) as “figuras de causação” serem relacionadas a mulheres representantes de uma sexualidade considerada errada e lasciva (Fernandes, 2018) no cotidiano de uma instituição de acolhimento, julgamentos morais contra as mães das crianças e adolescentes acolhidas também são presentes e ecoam esse discurso que “virtualizam a ‘reprodução social’ de um mundo feminino que gera e que deveria cuidar dos seus, tanto de seu corpo físico, como de suas relações” (Fernandes, 2018, p. 216).

Os comentários feitos por parte dos funcionários e funcionárias da instituição no dia da confusão com Muci e sua mãe exemplificam bem essa virtualização da reprodução social de um mundo feminino. Para eles e elas que estavam ali naquela cozinha assistindo todo o ocorrido a roupa e a postura de Corine foram alvos de comentários moralizadores, que evocavam que aquela mulher não estava seguindo o modelo de “mãe moral” (Chodorow, 1990, p. 19 *apud* Moura e Araújo, 2014):

“Nos Estados Unidos, o período capitalista inicial produziu uma ideologia da ‘mãe moral’: as mulheres burguesas deviam agir ao mesmo tempo como educadoras e modelos morais para seus filhos, assim como alimentadoras e guias morais para seus maridos na sua volta do mundo de trabalho imoral e competitivo” (Chodorow, 1990., p.19 *apud* Moura e Araújo, 1990).

Esse modelo de “mãe moral” também é alimentado pelo Estado, visto que não podemos esquecer que o Estado produz, afeta e confecciona relações, representações e performances de gênero (Vianna e Lowenkron, 2017). E é nesse trabalho contínuo de produção de modos de regulação e enquadramentos que vão se constituir corpos, relações, afetos e sujeitos (in)desejáveis e in(in)teligíveis (Idem, 2017). “*Aquela roupa*” da mãe de

Muci é uma expressão categórica desses enquadramentos; Fabricia estando grávida do seu terceiro filho e evocando uma sexualidade desenfreada (Fernandes, 2021) também é uma expressão desses enquadramentos.

E essas circunscrições do que mulheres mães *deveriam ser* ou como *deveriam agir* nada mais são do que formas legitimadas de intervir nos modos de maternagem e das práticas de cuidado aliado a essas maternagens, ainda mais se pensarmos junto com Klein (2005) que diz que “a maternidade está submetida a regras, restrições e convenções próprias de uma sociedade” (p. 37). Se para a autora a maternidade pode configurar-se como um construto a partir do qual se produzem e se organizam determinadas práticas e sentidos sociais, isso fica ainda mais claro quando voltamos as histórias trazidas onde essas mulheres não se enquadram dentro de uma “maternidade ideal” defendida pelo Estado e seus agentes. E é na presença dessas mulheres mães que não se enquadram nestes moldes que se constrói as estratégias de deslegitimação moral que visam apresentar uma visão homogênea do que se entende por família e por maternidade, legitimando assim a intervenção institucional (Junior de Andrade, 2010).

Se formos pensar em moral a partir da sua produção, veiculação e embate de significados dentro das dinâmicas de representações produzidas e apreendidas pelos agentes sociais (Vianna, 2004) podemos perceber que dentro da instituição as ações moralizantes que são acionadas quando se referem a essas três mulheres só ecoa a produção dos modos de regulação e enquadramentos (Vianna e Lowenkron, 2018) no qual estas mulheres são observadas e julgadas. As “coisas novas” que aparecem em Dedé quando ela vai passar o fim de semana com a mãe não é apenas trazida por William naquela nossa conversa como uma amostra das mudanças no corpo de Dedé - a mordida do cachorro e o cabelo alisado - mas como um discurso de contraposição, mostrando que é na casa da mãe onde essas “coisas novas” aparecem, é a mãe que não está cuidando como deveria. Na instituição ela não tinha isso, só apareceu quando foi para a casa da mãe. Os comentários sobre as roupas e o comportamento “nervoso” (Fernandes, 2020) de Corine atuam como sendo características que legitimam toda ação que cerca a institucionalização de Muci, afinal a mãe está sendo enquadrada como um “mal exemplo” para a filha. O comentário dos coordenadores sobre a terceira gravidez de Fabrícia utilizado por eles como desculpa para avaliar se ela seria uma boa cuidadora das três irmãs por ser tão nova e já estar na espera do terceiro filho.

No caso de Bruna e seus filhos vemos muito mais do que um julgamento moral das suas práticas de cuidado, vemos uma culpabilização materna pelos problemas dos seus filhos. Dedé e Pietro foram para a Casa de Acolhimento por estarem sendo vítimas de abusos por pessoas que moravam com eles e a mãe - o padrasto - e mesmo a mãe não sendo umas das que violentavam seus filhos ela foi culpabilizada pela violência que os seus filhos sofreram e só podendo reaver a guarda dos seus filhos quando demonstrasse que estava em uma nova residência, longe do agressor dos seus filhos. E isso ecoa o que Klein (2005) nos diz sobre a principal explicação para essas violações e o fracasso das relações familiares, dando destaque principalmente para a ausência ou descaso da mãe.

Muito do que Donzelot (1986) nos fala sobre as inúmeras intervenções das tecnologias políticas nos modos de vida das famílias pobres se vê dentro da institucionalização de crianças e adolescentes aqui no Brasil, tanto em sua historicidade, como já foi mencionado neste artigo, como atualmente na moralização das práticas de cuidados e dos modos de maternar das mulheres mães que têm seus filhos acolhidos, como fica claro ao trazer a história dessas três mulheres, que mesmo não sendo tão presentes fisicamente dentro da instituição, são presentes dentro dos discursos produzidos e reproduzidos sobre elas e suas formas de cuidar e maternar das suas crianças e adolescentes.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O que ficou evidente em minha experiência de campo dentro da Casa de Acolhimento, acompanhando não só as três histórias que apresento neste artigo, mas nas tantas outras com quem tive contato, que apesar daquele lugar ser um marcado pela *ausência física* da família, afinal o dia a dia e o cuidado diário das crianças e adolescentes ali residentes ficam a cargo das cuidadoras e coordenação, a família se presentifica em outras instâncias: nas memórias dos residentes, nas defesas e nas acusações que as crianças e adolescentes fazem de seus familiares e nos discursos que se produzem e reproduzem dentro dos muros da instituição pelos/as funcionários/as, equipe técnica e coordenação.

Esses discursos, muitas vezes moralizantes e julgadores, são acionados a todo instante dentro da instituição e tem como principais alvos as mulheres mães ou qualquer outra mulher que esteja enquanto figura central no cuidado com aquela criança ou adolescente - isso porque uma figura ausente fisicamente que permanece ausente nos discursos é a do pai - e vem sempre acompanhado de argumentos que legitimam a intervenção institucional naquela família. Pensar sobre esses discursos, sua produção, desde por quem se produz e em que

espaço se produz, foi o objetivo deste artigo que teve como mote principal três histórias, onde três mulheres eram personagens essenciais nas trajetórias das crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente.

Apesar de ter apresentado um contexto muito singular - o acolhimento institucional - e casos muitos específicos, seguindo o que Vianna (2004) nos diz sobre as moralidades só poderem ser apreendidas e descritas diante das condições de seu enunciado, só fazendo sentido quando são recuperadas em sua dimensão de ação social, não se pode deixar de encarar os dados como partes de um todo que nos leva principalmente ao grande mote de reflexões que nos incita a pensar como a família - principalmente a mãe - é enxergada dentro das políticas de intervenção voltadas para o cuidado e proteção da infância e da adolescência. Schuch (2013) nos lembra que dentro das políticas de intervenção social a família torna-se lugar de suspeita e objeto e instrumento de intervenção e isso se mostra claramente ao analisarmos o intuito da Casa de Acolhimento a qual pesquisei: ser um espaço onde a *integridade* da criança e do adolescente é preservada até que ela possa voltar para a sua família de origem que é o *ideal*.

É entre esse *objeto e instrumento de intervenção e lugar de suspeita* que os discursos produzidos dentro da instituição acerca das mulheres mães vão se construindo. A não correspondência de um ideal dominante de família faz com que essas mulheres mães tenham suas famílias taxadas de “negligentes” e “desestruturadas” (Junior de Andrade, 2010), legitimando assim que elas sejam constantemente alvos de intervenção.

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BERNARDI, Dayse Cesar Franco. **Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19**: apresentação dos resultados, São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice Brasil, 2020.

BRANDÃO, Fernanda Sattva de Espindola. **Chegar, ficar e (talvez) sair**: etnografia de jovens adolescentes institucionalizadas de um abrigo em João Pessoa/PB. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia, UFPB, João Pessoa.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente

CHODOROW, N. **Psicanálise da Maternidade**. Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990



COSSETIN, Marcia. LARA, Ângela Mara de Barros. O percurso histórico das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil: o período de 1920 a 1979. IN: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 67, p. 115-128, mar, 2016

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causalção**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Tese de Doutorado em Antropologia, PPGAS-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2017.

\_\_\_\_\_. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. IN: **Revista de Antropologia** (São Paulo), v. 64, p. 3, 2021.

\_\_\_\_\_. “Mães nervosas”: um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares. IN: FONSECA, Claudia. RIBEIRO, Fernanda Bittencourt, MAEDATS, Chantal. (org) **Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

\_\_\_\_\_. “Ai eu não aguentei e explodi”: a expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em território de favela. IN: **Etnografias Contemporâneas**, Año 6, 10, junho, 2020.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Os direitos dos mais e menos humanos. IN: **Horizontes Antropológicos**, nº 10: 83-122, 1999.

JUNIOR DE ANDRADE, Gilson José Rodrigues. **“Família para quem precisa...”**: estado, instituições, políticas públicas e classes populares na construção de uma moral familiar. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. IN: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1), 216, jan-abr, 2005.

LONGHI, Márcia Reis. **Ser homem, pobre e pai**: a construção cotidiana da relação pai-filho nas camadas de baixa renda. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós Graduação em Antropologia, UFPE, 2001.

MOURA, Solange Maria e ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. IN: **Psicologia Ciência E Profissão**, 2004, 24 (1), 44-55.

NASCIMENTO, Maria Livia do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. IN: **Psicologia & Sociedade**; 24(n.spe.): 39-44, 2012

RIZZINI, Irene. RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. IN: **Caderno de pesquisa**, São Paulo, n. 91, nov., 1994.

SCHUCH, Patrice. Como a Família funciona em políticas de intervenção social?. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, v. 13, p. 309-325, 2013.

SCOTT, Parry. As famílias que os programas de saúde pública constroem no Brasil. IN: NASCIMENTO, Pedro e RIOS, Luís Felipe. (org) **Gênero, saúde e práticas profissionais**. Recife: Editora UFPE, 2011.

VALENTE, Jane. **Família acolhedora**: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.

VIANNA, Adriana de Resende B. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. IN: KANT, Roberto (org.) **Antropologia e direitos humanos 3**. Niterói, RJ: EDUFF, 2004.

VIANNA, Adriana e LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. IN: **Cadernos Pagu**, (51), 2017.